

DISCURSO SOBRE *COTAS* A PARTIR DE TEXTOS PUBLICADOS EM *VEJA* (2006-2012)

Wellington Ferreira Santos

Orientadora: Bethania Sampaio Corrêa Mariani

Mestrando

RESUMO: O presente trabalho, sob a orientação da professora Dra. Bethania Mariani, tem como objetivo analisar o processo de produção de sentidos sobre as assim denominadas *cotas* e seus correlatos, a partir de textos publicados em *VEJA* entre os anos de 2006 a 2012. Esse material é composto (parcialmente) de oito textos, a saber: “Convite ao ódio racial: A política de cotas raciais é desastrosa – e pode ser trocada por cotas sociais (2006)”; “O pobre e o negro (2007)”; “Intolerância: Militantes reagem ao debate sobre cotas com ameaça e apologia à violência física (2007)”; “Eles são gêmeos idênticos, mas segundo a Unb, este é negro e...este é branco (2007)”; “Cotas: o justo e o injusto (2008); Uma segunda opinião (2009); Distorção na pele (2012)”; “O grande erro das cotas (2012)”. Para procedimentos de análise, este trabalho se filia ao campo teórico-metodológico da Análise de Discurso Materialista pensada por Pêcheux ([1969], 2010 e [1983], 2015) na França, assim como por Orlandi (2003, 2007 e 2012) no Brasil. **PALAVRAS-CHAVE:** Análise do discurso, Cotas, Produção de sentidos.

Introdução

O *acontecimento*¹ (PÊCHEUX, 2015, [1983]) das denominadas *cotas* no Brasil se institui entre os anos de 2001 e 2002, em duas universidades, a saber: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/2001) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB/2002), tendo como objetivo a reserva de vagas para estudantes negros,

¹ Ponto de encontro de uma atualidade e uma memória.

índigenas e de escolas públicas. Em 2003, a Universidade de Brasília (UnB) e em 2004 a Universidade Federal da Bahia (UFBA) acompanham o modelo de reserva de vagas em seu processo seletivo também. A partir desse movimento em cadeia aliado ao manifesto do projeto de lei 3627/2004 (pedido de instituição de cotas em universidades federais) engendram-se inúmeras discussões sobre a legitimidade/ilegitimidade desse modo de ingresso nas universidades, ao ponto de ter muitos debates na imprensa de referência².

Segundo WEDDERBURN (2005), quase todos os países nomeados de terceiro mundo e colonizados por europeus adotaram algum tipo de ações afirmativas. A exceção, segundo o autor, foi à América Latina. Ele aponta que essa modalidade de política pública “está em plena expansão no mundo inteiro, abarcando gênero, etnia, raça, sexualidade e outras dimensões que provocam disparidades e discriminações na sociedade” (2005, p. 308). Ainda segundo o autor, a proposta de criar condições diferenciadas de acesso acontece pela primeira vez na Índia, no ano de 1919, por intermédio do jurista, economista e historiador Bhimrao Ramji Ambedkar para beneficiar castas desfavorecidas.

GUIMARÃES (2012, p.113) aponta que devido à luta contra preconceito de cor, as pessoas clamam por igualdade de oportunidades, sendo que, para elas, as ações afirmativas garantiriam melhor essas oportunidades. Segundo o autor, as ações afirmativas no Brasil são conhecidas no ensino universitário público, sob a forma de reserva de vaga e/ou as denominadas *cotas*.

Diante do exposto, vale pensar discursivamente a prática jornalística, a fim de compreender os processos discursivos que se estabelecem na produção de sentidos sobre/para *cotas*. Nesse prisma, ORLANDI (2012, p. 09), aponta-nos que há três momentos importantes nos processos de produção do discurso, a saber: a constituição, a formulação e a circulação. Ou seja, a memória discursiva/interdiscurso, a enunciação/intradiscurso e a situação. MARIANI (2003, p. 33) coloca que:

² Designação retirada em “O PCB e a Imprensa” – Bethania Mariani, Editora Revan, (s.d), p. 49-58.

A análise do discurso jornalístico se faz importante e necessária já que este, enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: *capta, transforma e divulga* acontecimentos, opiniões e ideias da atualidade – ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo em que *organiza* um futuro – as possíveis consequências desses fatos do presente – e, assim, *legitima*, enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro (...) o discurso jornalístico toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro (...) uma vez que ao selecionar está engendrando e fixando sentido para estes acontecimentos, a imprensa acaba por constituir no discurso um modo (possível) de recordação do passado. (MARIANI, 2003, p. 33)

Desta forma, o discurso jornalístico funciona como parte de um jogo imaginário de sociedade, na medida em que a integra e constitui sua história.

Análise do Discurso: breve histórico

Segundo Mالدیدیر (2003; 2010; 2011), os anos que precedem 1968-70, Jean Dubois e Michel Pêcheux elaboram, independente um do outro, o que vai se chamar análise do discurso na França. Como protagonistas, o linguista J. Dubois e o filósofo M. Pêcheux têm: terreno, situação e preocupações distintas. No entanto, há um ponto comum em suas em suas indagações: o marxismo e a política. “Na contramão das ideias dominantes, eles partilham das mesmas evidências sobre a luta de classes, sobre a história, sobre o movimento social” (MALDIDIÉR, 2010, p. 11). Os dois viam e tinham como objetivo situar suas pesquisas com bases teórico-políticas. A autora diz que no esboço teórico de Dubois, a AD deve substituir a subjetividade do leitor pelo aparelho da “gramática”, rompendo com a prática do comentário literário. Ele remete a literatura, ao que ele considera como, miséria metodológica. Enquanto em Pêcheux, a questão da leitura, algo fundamental em seus estudos posteriores, é colocada, desde 1969, nos termos de uma teoria não subjetiva, numa ruptura tanto com práticas de explicação de texto, quanto com os métodos estatísticos em vigor nas ciências humanas.

Mالدیدیر (2003) afirma que a instituição da AD em Dubois está elencada em um *continuum*: a passagem do estudo das palavras (lexicologia) ao estudo do enunciado (análise do discurso), o que seria somente uma extensão, um progresso permitido pela linguística. A AD foi somente um instrumento em seu caminho científico. Ao contrário de Pêcheux que pensa a AD como um rompimento epistemológico com a ideologia que

domina as ciências humanas. O objeto discurso, que repensa a fala saussuriana na sua relação com a língua, implica, de acordo com a fórmula althusseriana, uma mudança de terreno. Mesmo, com pontos e objetivos distintos entre os estudiosos, a análise do discurso se institui na França.

A mesma autora diz que a conjuntura para instituição da Análise do Discurso na França se dá em torno do estruturalismo, da chegada da gramática gerativa e dos postulados de Althusser sobre a ideologia. Assim, podemos dizer que dois textos são importantes para a instituição da Análise do Discurso, a saber: (1) *Lexicologia e análise do enunciado*, apresentado por Jean Dubois no Colóquio de Lexicologia Política de Saint-Cloud, em abril de 1968 e (2) a tese defendida em 1968 e publicada pela Dunod em 1969 de Michel Pêcheux, intitulada *Por uma análise automática do discurso*. A partir disso surge um novo campo de estudo/pesquisa, despertando o interesse de linguistas, historiadores, pesquisadores das ciências humanas e sociais.

Para Malidier, Pêcheux desde 1966, quando publicou “*réflexions sur la situation théorique des sciences sociales et, spécialement, de la psychologie sociale*” sob o pseudônimo de Thomas Herbert, pretendia trabalhar para “articular” três continentes: da Linguística, do Materialismo histórico e da Psicanálise. O primeiro passo nesse empreendimento discursivo foi em AAD69 que nasce como uma “máquina discursiva”, pois estava ligado à um dispositivo informatizado.

O conceito de discurso é forjado por Pêcheux, a partir de uma reflexão sobre o corte saussuriano língua/fala para língua/discurso. O discurso reformula a fala, esse “resíduo filosófico”, cuja as implicações subjetivistas devem ser eliminadas. Ele supõe, segundo, a fórmula althusseriana, uma “mudança de terreno”, ou seja, a intervenção de conceitos exteriores a linguística, ou seja, uma disciplina fundamentada na língua e na história. Um rompimento epistemológico com a ideologia subjetivista que reina nas ciências sociais e rege a leitura dos textos.

Palmilhando nesse prisma, Althusser (1970) a partir de seu estudo sobre ideologia, aponta que as ideologias existem de um ponto de vista material e não ideal – trata-se do materialismo histórico, que dá ênfase à materialidade da existência, rompendo com a pretensão idealista de ciência de dominar o objeto de estudo controlando-o a partir de um procedimento administrativo aplicável a um determinado

universo, como se sua existência se desse no nível das ideias - e que esse fator reproduzem as relações de produção.

Desse modo, “a Análise de Discurso se constitui no espaço de questões criadas pela de três domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise” (ORLANDI, 2012, p. 19).

Leitura e Arquivo: uma questão para Análise do Discurso

A questão da leitura, segundo Pêcheux (2010, p. 51), sempre esteve presente, mesmo que de maneira implícita, nas diferentes e/ou contraditórias maneiras de ler o arquivo (“entendido no sentido amplo de “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”). Nesse sentido, continua o autor:

Seria do maior interesse reconstruir a história deste sistema diferencial dos *gestos de leitura* subjacente, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los, nas práticas silenciosas da leitura “espontânea” reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura: constituiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam essas leituras, mergulhando a “leitura literal” (enquanto apreensão-do-documento) numa “leitura” interpretativa – que já é uma escritura. Assim, começaria a se construir *um espaço polêmico das maneiras de ler*, uma descrição do “trabalho do arquivo enquanto relação do com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (PÊCHEUX, 2010, p. 51).

Caminhar nessa conjuntura é situar o arquivo num “entre-lugar”, em que sua leitura nunca é posta *a priori*, o seu funcionamento é opaco (MARIANI, 2016), “porque o arquivo não é o reflexo passivo de uma realidade institucional, ele é, dentro de sua materialidade e diversidade, ordenado por sua abrangência social”. O arquivo não é simplesmente um documento em que nos mostra referências, ele nos remete a leituras que nos aponta dispositivos e configurações significantes (GUILHAUMOU, MALDIDIER, 2010, p. 162). Ou seja, como nos aponta NUNES (2007, p. 374), o arquivo, em AD, não é um conjunto de dados pragmáticos, pois, excluiria a espessura histórica do mesmo. Em AD, o arquivo é entendido como materialidade discursiva que traz marcas da constituição dos sentidos. “O material de arquivo está sujeita a interpretação e, portanto, não corresponde a um espaço de “comprovação”, onde se suporia uma interpretação unívoca” (NUNES, 2007).

Desta forma, a partir desse “novo paradigma”, a análise do discurso possibilita uma *mise en scène* das estratégias discursivas que permeiam o acontecimento e concebe um campo de múltiplas possibilidades de sentido/leituras a partir do arquivo.

É nessa perspectiva que desejamos pensar a constituição do nosso arquivo a partir dos textos publicados em *VEJA* e disponibilizados em seu *acervo digital* no sítio: <http://veja.abril.com.br/complemento/acervodigital/index-novo-acervo.html>, na medida em que, em sua primeira página temos que é possível “*acessar os últimos 47 da história do Brasil (...)*”, nos remetendo a um efeito de completude e de evidência, como se “a” história do Brasil fosse una e pudesse ser contada a partir de um *acervo*. Nesse sentido, retomamos as palavras de Mariani (2016) de que o modo *clássico* de se pensar o arquivo como completo é uma ilusão, na medida em que “representa uma instituição que congrega em seu funcionamento aspectos políticos, técnicos, jurídicos e éticos”.

Dispositivo de análise

Como nos diz ORLANDI (2012), compreender na análise de discurso é ouvir além das evidências. É colocar o dito em relação ao não-dito. Nesse sentido, é preciso saber que a linguagem é sujeita à falhas, à equívocos. Ou seja, é preciso compreender a relação de sentidos em seu jogo de memórias.

Dessa forma, segundo PÊCHEUX (2010, [1969]), devemos pensar a linguagem enquanto discurso. Para ele, o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores. Ou seja, sentido em relação à. Isso que dizer, como nos orienta ORLANDI (2007, p. 20), o sentido não está alocado *a priori*, ele se produz nas relações dos sujeitos e dos sentidos, na medida em que sujeitos e sentidos se constituem mutuamente, “pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas (que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos)”. Nesse jogo do processo discursivo, segundo ORLANDI (2012), os sujeitos são interpelados pela ideologia. Dessa forma, a ideologia se coloca na linguagem como evidência do sentido. Naturaliza o que é produzido, apresentando a ideia de transparência da linguagem. Assim, apaga-se a espessura histórica do objeto linguístico e simbólico. Esse jogo da ideologia é constitutivo do próprio funcionamento e da relação entre linguagem e mundo.

Palmilhando com Pêcheux (2010, [1969]), o “discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas... situado no interior da relação de forças

existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado”. ORLANDI (2012) diz que as condições de produção “compreende fundamentalmente os sujeitos e a situação”, a saber: sentido estrito (circunstâncias de enunciação) e sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico). Essa formulação de Pêcheux é uma crítica à teoria da comunicação de Jakobson, em que consistia um destinador (A), um destinatário (B), um código linguístico (L) e um referente (R). Desse modo, Pêcheux afirma que o que há nessa relação é efeito de sentidos entre interlocutores e que os lugares desses sujeitos não são empíricos, mas determinados dentro de uma conjuntura social dada. Esses lugares são estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Pêcheux chama esse jogo de representações de formações imaginárias (FI). É a imagem que A e B fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Dessa forma, pode-se dizer que existem mecanismos de qualquer formação social regras de projeção que estabelecem as relações entre as situações e as posições. Exemplificando:

SD1: “Nas universidades inicia-se a batalha pelas cotas. Alunos que se saíram bem no vestibular – só quem já teve filhos e netos nessa situação conhece o sacrifício, a disciplina, o estudo, e os gastos implicados nisso – são rejeitados em troca de quem se saiu menos bem mas é de origem africana ou vem de escola pública. E os outros? Os pobres brancos, os remediados de origem portuguesa, italiana, polonesa, alemã, ou o que for, cujos pais lutaram duramente para lhes dar casa, comida, educação?” (Revista *VEJA*, 06/08/2008, ponto de vista).

Temos na sequência acima a posição-sujeito em A que a partir de um jogo de imagens descreve dois tipos de alunos postulantes a vagas em universidades a partir de um referente (R) – *cotas*. Ou seja, temos aí: IA(B(R)). Em outras palavras, a imagem que A faz de B e R.

Ainda para efeito de construção do dispositivo de análise, é interessante pensar o *acontecimento* das *cotas* como postulou Pêcheux ([1983], 2015) ao analisar a vitória de Mitterand para presidente da França na década de 80, a partir do enunciado “on a gagné”. Desta forma, o *acontecimento* é um ponto de encontro entre uma atualidade e

uma memória. Pêcheux aponta que o efeito do acontecimento aponta algo novo, transparente e acabado. Todavia, ele nos mostra que não há nada de novo, na medida em que esse acontecimento tem relação com a memória e é carregado de opacidade. Para ele,

a memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, [1983], 2015, p. 50)

Dessa forma, vale retomar ORLANDI (2012), na medida em que ela nos aponta que “a condição da linguagem é a incompletude”. Ou seja, sujeitos e sentidos não estão completos. Eles são atravessados por uma memória, historicidade, dispersão e se constituem pela falta, opacidade e o equívoco. Esse movimento permite o deslocamento, a deriva para outros sentidos – o efeito metafórico e por isso a ruptura. Assim, devido ao trabalho está em andamento, escolhemos analisar apenas um dos textos que compõe nosso material de trabalho – o texto publicado na seção *ponto de vista* da revista *VEJA* em 06/08/2008, denominado de “*Cotas: o justo e o injusto*” e assinado pela escritora Lya Luft.

Análise

SD1: “Nas universidades inicia-se a batalha pelas cotas. Alunos que se saíram bem no vestibular – só quem já teve filhos e netos nessa situação conhece o sacrifício, a disciplina, o estudo, e os gastos implicados nisso – são rejeitados em troca de quem se saiu menos bem mas é de origem africana ou vem de escola pública. E os outros? Os pobres brancos, os remediados de origem portuguesa, italiana, polonesa, alemã, ou o que for, cujos pais lutaram duramente para lhes dar casa, comida, educação?” (Revista *VEJA*, 06/08/2008, ponto de vista).

É possível depreender, a partir dos efeitos de sentido em SD1 que a posição-sujeito em A antagoniza dois corpos sociais, apresentando formações imaginárias de um e de outro. Pode-se perceber a partir desse jogo de imagens que há alunos que estuda,

são disciplinados, têm casa, comida, família e educação, ao passo que os outros alunos não possuem nada do que os primeiros possuem. A partir da materialidade enunciada pelo sujeito em A, possibilita depreender que há uma memória de duas diásporas: a diáspora africana e a diáspora europeia. Essa memória faz reviver a representação de um negro indolente, preguiçoso e passivo ao passo que os brancos descendentes de europeus são trabalhadores e lutam para conquistar seus objetivos. Dessa forma, o sujeito em A constrói um referente nesse jogo de imagens, o que possibilita perceber uma disputa de sentidos para a designação *cotas*, por exemplo, como aparece na materialidade enunciada em outros momentos do texto: “verborragia populista e burra, frustração, hostilidade, pirulito do favorecimento”.

SD2: “Nem todos os envolvidos nessa lei discriminatória e injusta são responsáveis por esses desmandos. Os alunos beneficiados têm todo o direito de reivindicar uma possibilidade que se lhes oferece. Mas o triste é serem massa de manobra para um populismo interesseiro, vítimas de desinformação e de uma visão estreita, que os deixa em má posição. Não entram na universidade por mérito pessoal e pelo apoio da família, mas pelo que o governo, melancolicamente, considera deficiência: a raça ou a escola de onde vieram – esta, aliás, oferecida pelo próprio governo” (Revista *VEJA*, 06/08/2008, ponto de vista).

Em SD3, o sujeito enunciador reforça a passividade de alunos *cotistas* ao enunciar “beneficiados, massa de manobra, vítimas de desinformação, visão estreita”, como se não houvesse resistência desse corpo social e coloca a falta de oportunidades, a raça e a classe social como algo constitutivo desse corpo social.

Considerações finais

O discurso em *VEJA* possibilita depreender que há relações de forças antagônicas e, como diz PÊCHEUX (2015, [1983], p. 50), um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. Caminhamos com INDURSKY (2005) na medida em que ela afirma:

Os discursos midiáticos, ao funcionarem como uma cena pública, são atravessados por todos os traços da *ação humana e a política*. Ou seja, a mídia constrói espaços onde podem se manifestar a pluralidade, a diferença e o dissenso. (...) a mídia pode funcionar como um simulacro da cena pública onde se manifestam diferentes subjetividades, onde se inscrevem interpretações antagônicas. (INDURSKY, 2005, p. 100)

Desse modo, em nosso empreendimento inicial, objetivamos analisar discursivamente o discurso sobre *cotas*. A empreitada suscitou mais questões do que respostas, como: a discussão seria sobre *cotas* ou sobre uma memória da colonização no Brasil? Como funciona o discurso jornalístico sobre/para *cotas*? As denominadas *cotas/ações afirmativas* igualam negros e brancos? Há reparação ou camuflagem das desigualdades? Além disso, podemos dizer que “a mídia é um grande evento de circulação da linguagem. Enquanto tal, ela é um acontecimento de linguagem que impõe sua forma de gerenciamento dos gestos de interpretação, sempre na distinção do que se deve apreender como sentido unívoco (literal) e o que admite plurivocidade interpretativa” (ORLANDI, 2012, p.96).

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

GUILHAUMOU, Jacques, MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. IN: ORLANDI, Eni (Org.). *Gestos de leitura*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 161-183.

GUIMARÃES, Antônio Sergio A. Antirracismo e políticas públicas. IN: GUIMARÃES, Antônio Sergio. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012, 113-129.

INDURSKY, Freda. O político e o jurídico na constituição das subjetividades sociais. *Gragoatá*. N. 18. Niterói: EdUFF, 2005, p. 97-110, sem. 2005.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. IN: ORLANDI, Eni P (Org.) *Gestos de Leitura*. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 09-22.

_____. *A inquietação do discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução Eni P. Orlandi. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010, p. 09-22.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Sobre os procedimentos de trabalho. IN: MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Campinas: Editora da Unicamp/Editora Revan, (s.d), 49-58.

_____. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). IN: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3ed. Campinas, SP: Pontes, 2003, p. 31-42.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Do marco Histórico das Políticas Públicas das Ações Afirmativas. IN: Sales Augusto dos Santos (Org.). *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2005, p. 307-334.

NUNES, José Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. IN: INDURSKY, Freda, FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Clara Luz, 2007, p. 373-379.

ORLANDI, Eni. Dispositivos de interpretação. IN: ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012 (a), p. 79-98.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 10 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012 (b), p. 11-25.

_____. Introdução. IN: ORLANDI, Eni. *As formas de silêncio: no movimento dos sentidos*. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicampi, 2007, p. 11-25.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. IN: ACHARD, Pierre (Org.). *O papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. 4ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015 (a), p. 43-51.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni P. Orland. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD69). IN: GADET, Françoise, HAK, Tony (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani... [et al]. 4 ed. Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2010, p. 59-159.